

Assunto: Oferta Permanente - Áreas de Acumulação Marginal: <ul style="list-style-type: none"><li>• Tico-Tico na Bacia do Recôncavo;</li><li>• Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora na Bacia Tucano Sul.</li></ul>	Código: Demanda relacionada ao Ofício 53/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e
Data 22/03/23	

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP emitiu Ofício Nº 53/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e para o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, no qual manifesta a pretensão de incluir no processo de Oferta Permanente as Áreas de Acumulações Marginais de Tico-Tico na Bacia de Acumulação Sedimentar - BAS do Recôncavo e Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora na BAS de Tucano Sul.

A ANP faz referência a Resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e, expressa que as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, complementadas, no que se refere a bacias sedimentares terrestres, por pareceres emanados pelos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, com competência para o licenciamento ambiental na área em questão.

Nesse contexto a ANP solicita ao INEMA um “parecer ambiental” para as Áreas de Acumulações Marginais das BAS supracitadas, contemplando:

- a) Identificação de licenças e autorizações estaduais aplicáveis às atividades de petróleo e gás;
- b) Eventual sobreposição com unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;
- c) Em caso da identificação de sobreposição da área proposta para oferta com Unidades de Conservação da categoria de Uso Sustentável ou zonas de amortecimento e corredores ecológicos de quaisquer Unidades de Conservação, indicar se existem óbices à oferta da área conforme os polígonos propostos, ou se devem ser realizados recortes ou exclusão da área, com as quais a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural não seria compatível em vista das restrições ambientais, mesmo quando adotadas as melhores práticas da indústria;
- d) Restrições ou recomendações que poderão afetar o licenciamento ambiental de atividades nessa área;
- e) Eventual sobreposição com áreas de ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção;
- f) Eventual restrição ou recomendações de uso da terra contidas em zoneamento ecológico-econômico legalmente instituído; e

- g) Quaisquer outras informações julgadas relevantes para o processo de decisão sobre a oferta dessa área e para as eventuais empresas interessadas no desenvolvimento de atividades na área ofertada.

## **2. PARECER**

A atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural – E&P é desenvolvida no estado da Bahia desde a década de 30 do século passado, portanto a cerca de 90 anos, no estado da Bahia, estando já consolidada nas Bacias de Acumulações Sedimentares - BAS do Recôncavo e de Tucano Sul.

Em 07/04/98, após 18 anos da criação da Lei que estabeleceu a Política Ambiental estadual, devido à nova situação circunstancial, com o surgimento da agência reguladora, a Petrobrás regularizou legalmente 77 Campos petrolíferos *onshore* no Estado da Bahia, incluindo os de mar fechado, correspondendo aos Campos de Itaparica e Dom João Mar, totalizando uma área descontínua de 1.220,76 Km<sup>2</sup>, através de uma única Licença de Operação, concedida pela Resolução CEPRAM 1.639, referente ao processo CRA N° 970001168/2, válida até 07/04/03, que foi denominada de “Licença Guarda-Chuva” pelo fato de abarcar todas as instalações de E&P da Bahia em uma única licença. Deve ser salientado que a referida Licença teve o caráter de regularização, sem ter nenhum estudo e, consequentemente, sem uma análise ambiental mais aprofundada.

Os Campos restantes no Estado da Bahia, que já haviam produzido ou que se encontrava em fase de desenvolvimento, que não foram rogados pela Petrobrás, até 06/08/2000, ficaram à disposição da ANP, se tornando conceitualmente Área de Acumulação Marginal – AAM. Depois da referida data, em função do desinteresse da concessionária, principalmente, em razão da viabilidade econômica, cujos parâmetros são variáveis para cada empresa, o Campo petrolífero é devolvido para ANP, passando a ser AAM que pode ser ofertado para o mercado.

Verifica-se que essas AAM's, na época na condição de Campos petrolíferos, não passaram pelo crivo da análise do órgão ambiental estadual, com exceção dos novos Campos licenciados a partir de 2004. Após a regularização ambiental, foi constatado que a atividade de E&P foi desenvolvida desprovida de solicitude ao Meio Ambiente, cujos desdobramentos culminaram em instalações em áreas impróprias (sensíveis; manguezais; apicuns; Área de Preservação Permanente – APP; comunidades tradicionais; vertentes com inclinações acentuadas; área de inundação; zona urbana) e existência de passivos ambientais (diques, áreas contaminadas, taludes e saias de aterros desprovidos de vegetação com processos erosivos, assoreamento das drenagens naturais e das calhas dos recursos hídricos, poços abandonados definitivamente sem os devidos procedimentos de arrasamento e suas respectivas locações, acessos locais e áreas de servidão das linhas de produção desprovidas de recuperação, etc.). Em função desse contexto, o Campo petrolífero, que se origina de AAM, é tratado como novo empreendimento com suas peculiaridades já existentes.

A atividade de E&P é considerada de alto potencial poluidor, conforme o anexo do Regulamento das Leis Estaduais nº 10.431/2006 e nº 11.612/2009, aprovada pelo Decreto 14.024/2012, consolidado com alterações dos Decretos Nº 14.032/2012, 15.682/2014, 16.963/2016 e 18.218/2018, devendo ser desenvolvida mediante o licenciamento ambiental.

No caso de Área de Acumulação Marginal – AAM, a concessionária deverá solicitar uma Autorização Ambiental - AA ao INEMA para reentrar, reabilitar, testar a resistência mecânica e testar a viabilidade econômica de cada poço de interesse.

Uma vez que a concessionária conclua o proveito em continuar com o empreendimento, deverá requerer as Licenças Ambientais (Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO) para o Campo. Devendo ser feitas as seguintes ponderações:

- considerando as singularidades da atividade de E&P, a diversificação do uso e ocupação do solo, o pragmatismo e redução de recursos de estudos e de análise técnica em função do objeto abarcar limites de contorno de área relativamente menor, o INEMA considera o "Campo" como os ativos (poços, acesso local, locações, áreas de servidão, linhas de produção/injeção/gás lift, manifolds, estações, estruturas etc.) e passivos (diques, áreas contaminadas, taludes e saias de aterros desprovidos de vegetação ou/e com processos erosivos, assoreamentos das drenagens naturais, poços abandonados definitivamente sem os devidos procedimentos de arrasamento e suas respectivas locações, acessos locais e áreas de servidão das linhas de produção desprovidas de recuperação, estruturas abandonadas etc.) do processo produtivo de hidrocarbonetos. Consequentemente, o Campo licenciado não corresponde à área delimitada pelo *ring fence*;
- o Teste de Longa Duração - TLD faz parte de um dos possíveis testes da viabilidade econômica do poço. Consequentemente, a exploração do hidrocarboneto não precisa ser interrompida na interface da AA e das Licenças Ambientais, devendo ser observada a validade da AA, que poderá ser prorrogada;
- poderá obter concomitantemente a LP e LI, em ato único, no qual se aprova viabilidade ambiental, localização e concepção e se autoriza a implantação do empreendimento ou atividade, conforme estabelecido no artigo 142-A do Regulamento das Leis Estaduais nº 10.431/2006 e nº 11.612/2009, aprovada pelo Decreto 14.024/2012.

Se não houver interesse por parte da concessionária o poço, juntamente com as suas estruturas, deverão ser descomissionados, passivos eliminados e as áreas recuperadas. Entretanto, esse condicionante poderá ser derogado caso seja apresentada manifestação da ANP para manter as estruturas existentes, que será analisado pela área técnica do INEMA, e levará em consideração à temporalidade, condições, localização e contexto ambiental do entorno do poço.

Atualmente, a BAS do Recôncavo é onde se concentra a densidade demográfica no estado da Bahia, conforme Censo IBGE de 2010, e juntamente com a BAS de Tucano Sul apresenta-se com o uso e ocupação do solo bastante diversificado, caracterizado pelos resquícios de fragmento de vegetação, pastos (na maior parte), cultivos de subsistência,

silvicultura, zonas urbanas, indústrias, atividade de E&P, áreas turísticas. Nesse cenário, cada Campo apresenta a sua particularidade em função das suas estruturas, que pode ter um poço ou unidades ou dezenas ou centenas de poços, estações e estruturas de apoio, denotando pegadas ambientais distintas e, tendo como peculiaridade a disseminação das estruturas inseridas na área do *ring fence*.

As informações requeridas em relação às AAM, em consulta aos dados existentes no sistema Geobahia, cujo acesso é aberto ao público, disponibilizado no site do INEMA (endereço eletrônico: << <http://mapa.geobahia.ba.gov.br>>>) foi sintetizado na tabela abaixo:

AAM	Município(s)	Bioma	UC	Comunidades tradicionais	Relevância Ambiental	Restrição
Tico-Tico	Catu	Mata Atlântica	não	não	Alta	Não detectada
Lagoa Branca	Inhambupe	Mata Atlântica	não	não	Inexiste informação	Não detectada
Sempre Viva	Sátiro Dias	Caatinga	não	não	Média	Não detectada
Subaúma Mirim	Aramari	Mata Atlântica	não	não	Média	Não detectada
Curral de Fora	Sátiro Dias e Biringa	Caatinga	não	não	Baixa	Não Detectada

Em relação a eventual sobreposição com áreas de ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção inexistem dados de rápido acesso, se fazendo necessária a realização de uma pesquisa mais aprofundada, que deverá ser feita para subsidiar o diagnóstico ambiental do Estudo Ambiental da Atividade. Entretanto, é racional inferir que em função do alto grau de antropização existente nas BAS do Recôncavo e de Tucano Sul, conforme pode ser evidenciado nas imagens de satélite, os resquícios dos exemplares da fauna e flora se apresentam nos fragmentos de vegetação ainda existentes, que, também, dentre outras funções, tem papel importante no ciclo hidrogeológico. Consequentemente, os fragmentos de vegetação são valorados. Caso o projeto sinalize a necessidade de supressão da vegetação nativa, se faz necessário que inexistam alternativas e esteja fundamentado tecnicamente o enrijecimento locacional.

Com base nas informações existentes no sistema Geobahia não foi detectado impedimento, a princípio, para que a atividade de E&P seja desenvolvida nas Áreas de Acumulação Marginais de Tico-Tico na Bacia de Acumulação Sedimentar - BAS do Recôncavo e Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora na BAS de Tucano Sul. Entretanto, se faz necessário que a concessionária requeira Autorização Ambiental, conforme descrito anteriormente, junto ao INEMA, devendo apresentar Estudo Ambiental da Atividade, que contemple: 1. a caracterização da atividade; 2. diagnóstico ambiental das áreas diretamente afetadas e de influência direta; 3. gerenciamento dos efluentes e resíduos sólidos gerados durante a atividade; 4. impactos e potenciais de riscos com sugestão das respectivas medidas mitigadoras ou compensatórias.

### 3. CONCLUSÃO

Não foi encontrado óbice para que as Áreas de Acumulações Marginais de Tico-Tico (BAS do Recôncavo), Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora (BAS de Tucano Sul) sejam incluídas no processo de Oferta Permanente.

### 4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Técnico	Função	Subcoordenação	Assinatura
Leopoldo Freire	Coordenador de Mineração e E&P	DIIRE/COMIN	